

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

TRIÊNIO 2023 | 2024 | 2025

PROGRAMA
ALIMENTAR 
Segurança Alimentar e
Nutricional na Infância **O FUTURO**



FIESP

CONSELHO SUPERIOR
DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

CIESP

SESI

IRS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

TRIÊNIO 2023 | 2024 | 2025

Toque nos itens
do índice para interagir.

ÍNDICE

Introdução	01
A Insegurança Alimentar e Nutricional	02
O Programa Alimentar o Futuro	05
1. Eixos de Atuação	06
2. O Projeto Piloto:	07
Território	07
Adesão e Alcance	08
Diagnóstico	12
Ações:	14
1. Cardápios Escolares	14
2. Atividades Formativas	15
Seminários	15
Cursos	16
Programa de Educação Continuada Nutricionistas (PNAE)	18
3. Publicações	19
4. Assessoria Técnica aos municípios	22
5. Núcleo de Apoio às Empresas	24
Engajamento Empresarial	24
Campanhas EAN	25
6. Observatório Fiesp de SAN na Infância	26
7. Selo Fiesp Alimentar o Futuro (1ª edição)	27
8. Comunicação e Impacto	29
Propostas para 2026	35
Considerações Finais	39
Parceiros	41
Estrutura e equipe	42



Introdução

A fome é uma condição indigna, mas que infelizmente atinge mais de **12% da população brasileira**. Na infância, leva a menor desenvolvimento físico, intelectual, afetivo e de sociabilidade, interferindo diretamente com a capacidade de aprendizado das crianças afetadas. Por outro lado, alimentações mal balanceadas têm gerado um problema adicional, que é a obesidade infantil, que caminha velozmente para comprometer um terço de nossas crianças caso algo não seja feito para reverter essa situação. A obesidade, além de poder afetar a autoestima das crianças, aumenta significativamente o risco dessas crianças virem a desenvolver doenças crônicas em suas vidas adultas, em especial hipertensão arterial, diabetes e câncer. Combater fome e obesidade infantil é obrigação de toda a sociedade, pois crianças bem alimentadas serão melhores cidadãos e terão melhores condições de entrar no mercado de trabalho quando adultas. Nesse sentido, nosso empresariado pode fazer uma grande diferença.

A Fiesp, juntamente com o Ciesp, Sesi-SP e SENAI, tem plena consciência de quanto pode contribuir para melhorar a vida do brasileiro, pois há décadas já vem executando ações exitosas em várias áreas, que incluem educação, esporte, saúde, música, formação técnica e profissional. Agora, através de seu Conselho Superior de Responsabilidade Social (Consocial), lançou em outubro de 2023 o **Programa Alimentar o Futuro**, com o objetivo de contribuir para melhorar a alimentação de crianças de 0 a 10 anos que estão aos cuidados do setor público, num processo de parceria com prefeituras, Estado, instituições, empresariado e sociedade civil. Os resultados iniciais têm mostrado que este Programa é estruturante e, sem dúvida, impactante, como poderá ser mais bem percebido no relatório aqui apresentado.

Começamos atuando em regiões específicas do estado de São Paulo e focando em crianças em fase escolar, mas com o aprendizado destes dois anos, cremos que será possível expandir o Programa para outras regiões e criar um modelo de apoio para creches públicas, além de estar no radar crianças que não são assistidas por nenhum dos Poderes.

Neste relatório estão expostas as ações do Consocial durante a atual gestão e as propostas para o **Programa Alimentar o Futuro** para os próximos anos.

Agradeço imensamente a fundamental participação de nossos conselheiros, assim como da eficiente equipe técnica, liderada por Aracélia Costa.

DR. RAUL CUTAIT

Presidente do Conselho Superior de Responsabilidade Social

A insegurança alimentar e nutricional



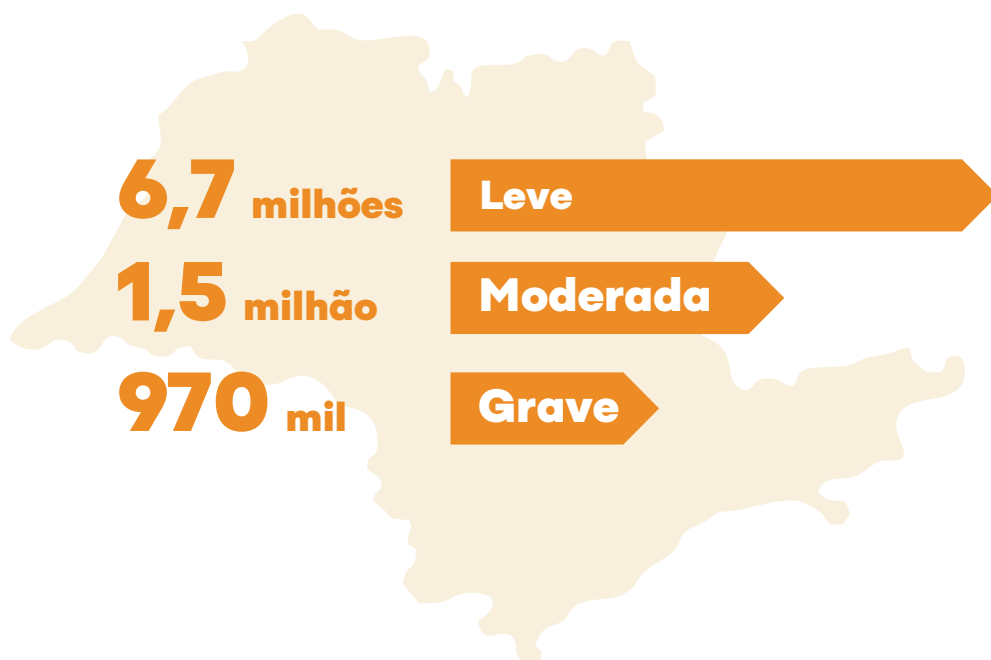
A insegurança alimentar e nutricional refere-se à limitação ou impossibilidade de acesso regular e permanente a uma alimentação de qualidade e em quantidade suficiente, de modo a atender às necessidades biológicas. No Brasil, a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN), especialmente entre crianças, permanece como um dos principais desafios do desenvolvimento humano. Em 2024, segundo a PNAD Contínua do IBGE, cerca de 18,9% dos domicílios brasileiros apresentavam algum grau de insegurança alimentar, o que representava 54,7 milhões de brasileiros, sendo que destes 2,5 milhões de domicílios viviam situações moderadas ou graves, ou seja, com restrição concreta da quantidade e/ou da qualidade dos alimentos, 6,5 milhões de pessoas. Os dados apresentados também revelaram que crianças e adolescentes estavam mais expostos à fome e à má nutrição do que a média da população, o que reforça a vulnerabilidade da infância: **12 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em insegurança alimentar (8,6 milhões insegurança alimentar leve e 3,4 milhões insegurança alimentar moderada ou grave).**

No Estado de São Paulo, a situação é igualmente preocupante. Paradoxalmente, trata-se do estado mais rico e mais populoso do país, responsável por cerca de um terço do PIB nacional, mas que ainda reúne o maior número absoluto de pessoas em insegurança alimentar: quase 9,2 milhões de paulistas, em cerca de 3,3 milhões de domicílios, viviam com algum grau de insegurança alimentar em 2024. Desse total, aproximadamente 6,7 milhões de pessoas enfrentavam insegurança leve, 1,5 milhão moderada e 970 mil grave, ou seja, com a fome presente em seus domicílios.



A insegurança alimentar em São Paulo

9,2 milhões



Fonte: PNAD Contínua, IBGE 2024

Estudos da Rede PENSSAN (2022) indicam que **32% (aproximadamente um terço) dos domicílios no estado de São Paulo com presença de menores de 10 anos estavam em situação de insegurança alimentar moderada ou grave**, o que explicitou o impacto desproporcional da fome e da má alimentação sobre a população infantil.

► A Insegurança Alimentar

em São Paulo

32% Domicílios paulistas com crianças até 10 anos estavam em insegurança moderada ou grave

Fonte: Rede PENSSANN 2022

Ao mesmo tempo, observa-se o avanço consistente do sobrepeso e da obesidade infantil, que superou a desnutrição como o tipo de má nutrição mais comum desde antes do ano 2000. De acordo com dados do Relatório do UNICEF, o percentual de crianças e adolescentes na faixa etária dos 5 aos 14 anos com sobrepeso no país também cresceu, passando de 18%, em 2000, para 36% em 2022.

No Estado de São Paulo, estimativas do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN (2024) revelam que **cerca de 11,8% das crianças menores de 5 anos e 32,5% das crianças de 5 a 10 anos apresentam sobrepeso ou obesidade**, aumentando o risco de excesso de peso e de doenças crônicas ao longo da vida.

► Sobrepeso e obesidade em crianças paulistas

11,8% Menores de 5 anos **32,5%** 5 a 10 anos apresentam sobrepeso ou obesidade

Fonte: SISVAN 2024

Nessa perspectiva, o termo **Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN)** é mais adequado do que a simples referência à “fome”, porque evidencia que se trata de um fenômeno multifatorial: envolve renda, preço dos alimentos, oferta, disponibilidade e acesso nos territórios, qualidade nutricional, condições de trabalho e renda das famílias, acesso a serviços públicos, educação alimentar, cultura alimentar e proteção social. A IAN não é, portanto, um problema apenas de abastecimento ou de renda, mas o resultado da interação de fatores econômicos, sociais, territoriais, ambientais e de políticas públicas.

Por isso, a superação da IAN exige intervenção intersetorial e articulada, envolvendo o poder público (nas esferas municipal, estadual e federal), o setor privado e a sociedade civil organizada. Neste contexto cabe ao poder público garantir marcos legais, políticas e programas estruturantes, dentre eles o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sendo estes instrumentos centrais para aproximar a agricultura familiar das escolas e dos equipamentos públicos de alimentação e proteção social. Por meio deles, é possível fortalecer o vínculo entre produtores, comunidades e políticas públicas, promovendo ao mesmo tempo segurança alimentar, geração de renda e desenvolvimento local.

No caso de crianças que vivenciam privação alimentar ou consomem dietas de baixa qualidade, é maior a probabilidade de que venham a apresentar menor desenvolvimento físico e intelectual, bem como emocional e de sociabilidade, o que, entre outros problemas, leva a pior desempenho escolar, maior risco de adoecer e menor chance de romper ciclos intergeracionais de pobreza, ou seja, interfere com uma possível futura mobilidade social. Adicionalmente, cabe ao setor privado apoiar e executar iniciativas que promovam alimentação adequada e saudável junto aos seus funcionários e indiretamente aos respectivos núcleos familiares, como também, à população do seu entorno, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social.



**O Programa
Alimentar o Futuro**



O Programa Alimentar o Futuro



O **Programa Alimentar o Futuro (Segurança Alimentar e Nutricional na Infância)** foi lançado em outubro de 2023 pelo Conselho Superior de Responsabilidade Social da Fiesp e se propõe, com efetiva parceria do Ciesp, do SESI-SP e, logo mais, do SENAI e do SENAR, além de parcerias com instituições nacionais e internacionais comprometidas com o tema da infância, a mitigar o inaceitável problema da fome e da obesidade infantil em nosso estado, tendo como público-alvo crianças de 0 a 10 anos atendidas pelo setor público (creches e escolas, assim como as que não têm acesso ao sistema educacional público). Porém, mais do que isso, pretende abrir canais de atuação para o empresariado e a sociedade civil se envolverem com esse tema de grande impacto para nossa população mais vulnerável, em combinação com o setor público.

Para alcançar este propósito, pretende-se atingir as crianças institucionalizadas, aquelas matriculadas em creches e escolas de educação infantil e ensino fundamental, e aquelas ditas como não institucionalizadas, que não tem acesso a escolas ou serviços da rede socioassistencial.

Em relação ao setor público: apoiar os municípios para o fortalecimento de suas políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), especialmente na implantação dos instrumentos previstos na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), na ampliação da capacidade técnica, planejamento e monitoramento, de modo a consolidar ações permanentes e integradas que garantam o direito humano à alimentação adequada no âmbito municipal.

Em relação ao empresariado: engajar o setor empresarial no desenvolvimento e implementação de soluções locais, reforçando o papel estratégico da indústria no fortalecimento das comunidades em que está inserida. A iniciativa estimula a corresponsabilidade social, mobiliza atores econômicos relevantes e fomenta parcerias que contribuem, de forma concreta, para a melhoria das condições alimentares das crianças nos territórios onde o Programa atua.

Como primeiros passos, o Programa Alimentar o Futuro focou em desenvolver ações em favor de crianças em escolas públicas, em áreas piloto, com o objetivo de melhor entender como poderia ser nossa participação nos próximos anos.



Figura 1. Secretário Nacional de inclusão Sócio Econômica, Luiz Carlos Everton; Secretário Estadual de Agricultura e Abastecimento de SP, Guilherme Piai; Prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes; Governador de São Paulo, Tarcísio Freitas; presidente da Fiesp, Jusué Gomes; Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias; presidente do Consocial da Fiesp, Dr. Raul Cutait; ex-Presidente Michel Temer; Secretário Estadual de Justiça de SP, Fábio Prieto; Secretário Estadual de Desenvolvimento Social de SP, Gilberto Nascimento Junior; comparecem ao lançamento do Programa Alimentar o Futuro, em outubro de 2023.

Eixos de Atuação

Para alcançar seus objetivos, o Programa desenvolveu um conjunto de estratégias integradas e organizadas em seis eixos de atuação:



1. Fortalecimento da política de SAN: incentivar e oferecer assessoria técnica aos municípios para adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), por meio da criação e/ou fortalecimento dos Conselhos Municipais de SAN e das Câmaras Municipais Intersecretariais de SAN, bem como da elaboração de Planos Municipais de SAN com metas específicas para a infância, entre outras ações, apoiando-os para que avancem na implementação de suas políticas públicas de SAN e garantam, de forma estruturante, a Segurança Alimentar e Nutricional de crianças.

2. Incentivo à alimentação escolar saudável: buscar a oferta de alimentação escolar nas creches e escolas públicas da educação infantil e ensino fundamental em conformidade com as diretrizes e exigências do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

3. Vigilância em saúde alimentar e nutricional: capacitar as equipes de Saúde da Família e das UBSs para qualificar a vigilância nutricional infantil, com foco na detecção precoce de riscos e agravos nutricionais, especialmente junto às crianças não-institucionalizadas.

4. Núcleo de apoio a empresas, empresários e sindicatos: ofertar informações sobre Educação Alimentar e Nutricional e orientações de como se engajarem em ações locais que visam a melhoria da alimentação infantil.

5. Observatório Fiesp de SAN na Infância: disponibilizar de ferramenta de apoio à gestão pública com informações que subsidiem a tomada de decisão e o controle social das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como gerar informações para pesquisadores, profissionais e demais interessados na causa.

6. Comunicação como instrumento de advocacy: ampliar a visibilidade da causa e engajamento da Sociedade em torno da agenda da Segurança Alimentar e Nutricional na Infância.

Adesão e alcance

Dos 70 municípios que compõem o território piloto, 63 aderiram ao Programa, o que representa 90% do total. Esse elevado índice de participação evidencia a centralidade da agenda proposta e a confiança das gestões municipais no Programa como estratégia concreta para enfrentar os desafios locais em Segurança Alimentar e Nutricional. Além disso, **73% dos municípios aderentes são classificados como de pequeno porte I**, com até 20 mil habitantes, o que reforça a relevância do Programa ao oferecer assessoria técnica às prefeituras que, em geral, dispõem de estruturas mais reduzidas para planejar, implementar e qualificar suas políticas públicas.

Na tabela a seguir apresentamos os municípios da região do Projeto Piloto e suas principais características (tabela 2).

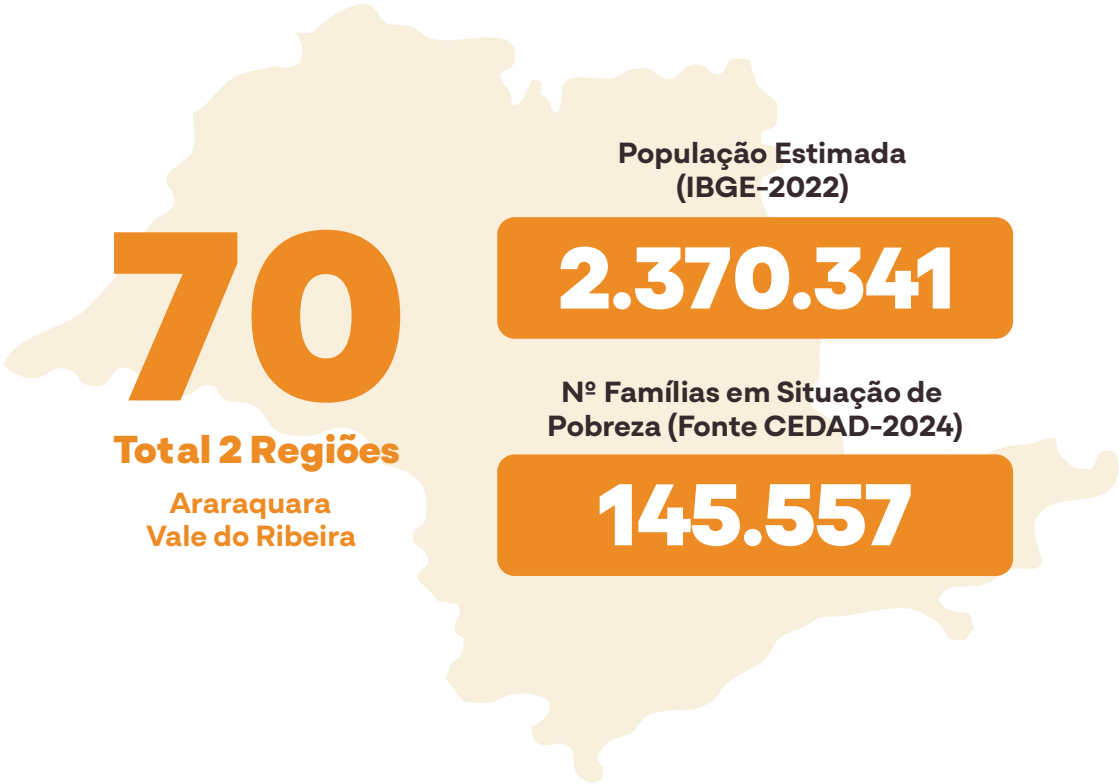
Tabela 2. Características dos municípios do Projeto Piloto

NÃO ADERIU AO PROGRAMA		Perfil Socioeconômico		
ADESÃO AO PROGRAMA		População Estimada (IBGE-2022)	Porte do Município*	Nº Famílias em Situação de Pobreza (Fonte CEDAD-2024)
REGIÃO DE ARARAQUARA				
1	Altair	3.479	Pequeno Porte I	226
2	Américo Brasiliense	33.757	Pequeno Porte II	1.868
3	Angatuba	24.022	Pequeno Porte II	1.609
4	Aramina	5.420	Pequeno Porte I	404
5	Araraquara	252.318	Grande Porte	9.801
6	Barra Bonita	34.346	Pequeno Porte II	1.521
7	Barrinha	32.092	Pequeno Porte II	3.239
8	Boa Esperança do Sul	12.978	Pequeno Porte I	798
9	Cândido Rodrigues	2.951	Pequeno Porte I	152
10	Cedral	10.208	Pequeno Porte I	178
11	Descalvado	31.756	Pequeno Porte II	556
12	Dobrada	8.958	Pequeno Porte I	608
13	Dourado	8.186	Pequeno Porte I	524
14	Fernando Prestes	5.942	Pequeno Porte I	608
15	Gavião Peixoto	4.797	Pequeno Porte I	203
16	Guapiaçu	10.542	Pequeno Porte I	761

17	Guaraci	22.316	Pequeno Porte II	788
18	Guareí	15.013	Pequeno Porte I	464
19	Ibaté	33.110	Pequeno Porte II	3.365
20	Ibitinga	61.908	Médio Porte	2.675
21	Itapólis	40.464	Médio Porte	1.254
22	Itapuí	13.659	Pequeno Porte I	543
23	Jaú	133.497	Grande Porte	4.332
24	Lençóis Paulista	66.505	Médio Porte	1.518
25	Matão	80.998	Médio Porte	3.380
26	Monte Azul Paulista	4.079	Pequeno Porte I	239
27	Nova Europa	9.459	Pequeno Porte I	365
28	Paranapema	19.395	Pequeno Porte I	1.167
29	Porto Ferreira	53.940	Médio Porte	1.547
30	Presidente Prudente	225.668	Grande Porte	9.159
31	Ribeirão Bonito	11.079	Pequeno Porte I	556
32	Rincão	9.145	Pequeno Porte I	518
33	Santa Ernestina	6.256	Pequeno Porte I	417
34	Santa Lúcia	7.181	Pequeno Porte I	202
35	Santa Maria da Serra	5.243	Pequeno Porte I	380
36	Santa Rita do Passa Quatro	24.833	Pequeno Porte II	1.052
37	São Carlos	265.294	Grande Porte	11.224
38	Severínia	14.576	Pequeno Porte I	783
39	Tabapuã	11.323	Pequeno Porte I	618
40	Tabatinga	14.994	Pequeno Porte I	557
41	Taquaritinga	53.322	Médio Porte	3.251
42	Trabijú	1.719	Pequeno Porte I	183
43	Zacarias	2.692	Pequeno Porte I	129
43		1.732.838		73.722

NÃO ADERIU AO PROGRAMA		Perfil Socioeconômico		
ADESÃO AO PROGRAMA		População Estimada (IBGE-2022)	Porte do Município*	Nº Famílias em Situação de Pobreza (Fonte CEDAD-2024)
VALE DO RIBEIRA				
1	Apiaí	24.886	Pequeno Porte I	2.398
2	Barra do Chapéu	5.256	Pequeno Porte I	1.045
3	Barra do Turvo	6.922	Pequeno Porte I	1.270
4	Cajati	29.257	Pequeno Porte II	2.570
5	Cananéia	12.489	Pequeno Porte I	1.489
6	Eldorado	13.162	Pequeno Porte I	1.269
7	Iguape	29.881	Pequeno Porte II	4.147
8	Ilha Comprida	13.955	Pequeno Porte I	1.972
9	Iporanga	4.091	Pequeno Porte I	480
10	Itanhaém	117.435	Grande Porte	15.852
11	Itaoca	3.490	Pequeno Porte I	405
12	Itapirapuã Paulista	15.762	Pequeno Porte I	1.747
13	Itariri	4.405	Pequeno Porte I	605
14	Jacupiranga	16.254	Pequeno Porte I	1.205
15	Juquiá	17.255	Pequeno Porte I	1.694
16	Juquitiba	28.007	Pequeno Porte I	3.404
17	Miracatu	18.679	Pequeno Porte I	2.474
18	Mongaguá	64.519	Pequeno Porte II	5.864
19	Pariquera Açu	19.576	Pequeno Porte I	1.210
20	Pedro de Toledo	11.539	Pequeno Porte I	995
21	Peruíbe	70.543	Médio Porte	8.855
22	Registro	61.732	Médio Porte	5.098
23	Ribeira	3.166	Pequeno Porte I	455
24	Ribeirão Grande	7.750	Pequeno Porte I	763
25	São Lourenço da Serra	16.458	Pequeno Porte I	2.214

26	Sete Barras	12.912	Pequeno Porte I	1.592
27	Tapiraí	8.122	Pequeno Porte I	763
27		637.503		71.835
70	TOTAL 2 REGIÕES	2.370.341		145.557



Diagnóstico

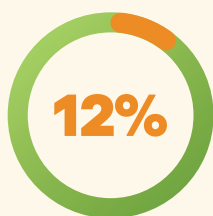
O mapeamento das políticas públicas de **SAN** nos municípios teve como objetivo identificar, em cada território, o grau de invisibilidade da agenda, o estágio de implementação e as principais barreiras para a adoção dos instrumentos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (**PNSAN**)



Diagnóstico da Política de SAN

Região de Araraquara - municípios aderentes em 2024

26 Região de Araraquara
municípios



386 mil famílias
44,7 mil em
extrema pobreza

R\$ 3,8 Milhões

Recurso do PNAE **devolvido**

4

COMSEA ativos
(Conselho Municipal de
Segurança Alimentar)

1

CAISAN ativos
(Câmara Intermunicipal de
Segurança Alimentar e Nutricional)

1

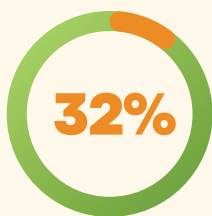
Adesão ao SISAN
(Sistema Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional)



Diagnóstico da Política de SAN

no Vale do Ribeira - municípios aderentes em 2024

27 Vale do Ribeira
municípios



224 mil famílias
71,8 mil em
extrema pobreza

R\$ 2,8 Milhões

Recurso do PNAE **devolvido**

5

COMSEA ativos
(Conselho Municipal de
Segurança Alimentar)

3

CAISAN ativos
(Câmara Intermunicipal de
Segurança Alimentar e Nutricional)

3

Adesão ao SISAN
(Sistema Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional)

Fontes: Levantamento da equipe do Programa Alimentar o Futuro, 2024; FNDE PNAE 2022; Censo IBGE, 2022;

Ações



▶ 1. Análise Dos Cardápios Escolares

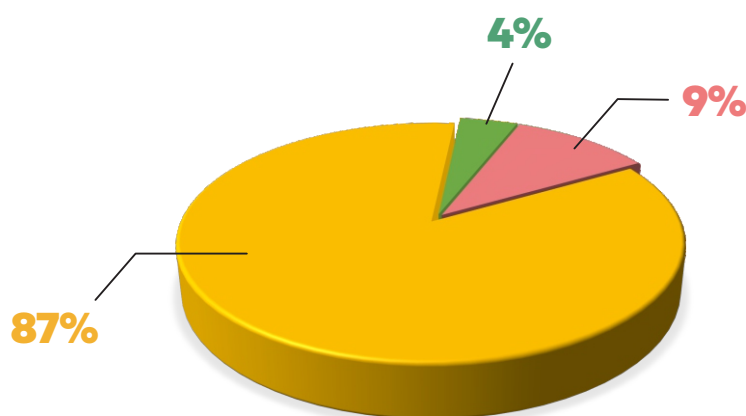
A avaliação dos cardápios escolares, que teve como objetivo verificar se a alimentação ofertada aos alunos estava em conformidade com as diretrizes do PNAE e com o direito humano à alimentação adequada, assegurando a qualidade nutricional, sanitária e sensorial das preparações, foi realizada pela equipe de nutricionistas do Sesi-SP, considerando a expertise da equipe com a execução do Programa Alimente-se Bem.

Essa análise permitiu avaliar o respeito às especificidades regionais e às necessidades alimentares especiais, além de subsidiar recomendações técnicas aos gestores municipais para o aprimoramento contínuo dos cardápios, contribuindo para a promoção da saúde, do aprendizado e da formação de hábitos alimentares saudáveis na infância (figura 6).

Em 2025, 53 municípios da região do Projeto Piloto enviaram seus cardápios escolares, que foram analisados e receberam devolutivas técnicas da equipe de nutricionistas do Sesi-SP com base nessa avaliação

2025 - Classificação da Avaliação dos Cardápios

▶ Adequados ▶ Inadequados ▶ Precisam de Melhorias



Total: 53

2. Atividades Formativas

Seminários

Figura 3. Divulgação dos Seminários Regionais



Os Seminários Regionais foram a principal estratégia presencial do Programa nos territórios, articulando gestores públicos, equipes técnicas e atores locais em torno da agenda de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da alimentação escolar saudável (figura 3). No total, foram realizados oito encontros presenciais em 2025 (quatro em cada região do Projeto Piloto), organizados em dois eixos: Fortalecimento da Política Pública de SAN nos Municípios e Incentivo à Alimentação Escolar Saudável.

No eixo de fortalecimento da política de SAN, quatro seminários reuniram gestores e técnicos municipais para engajamento na pauta, disseminação de boas práticas e apresentação de oportunidades de financiamento para implementação de Planos Municipais de SAN, envolvendo até **68% dos municípios do Projeto Piloto e mais de 300 participantes ao longo do ano**. No eixo de alimentação escolar, em parceria com o CRN-3, foram promovidos quatro encontros focados no PNAE e na ampliação da participação da agricultura familiar, com a participação de **representantes de 53 municípios** e a presença de nutricionistas, gestores de compras, responsáveis pelos cardápios, produtores familiares e cooperativas, **somando mais de 250 participantes nas duas regiões**.

A realização desses eventos evidenciou, ao mesmo tempo, a lacuna e invisibilidade dessa agenda nos territórios, assim como o interesse dos profissionais e gestores públicos em avançar. As devolutivas dos participantes apontaram o desejo de que o Programa continue fomentando esse debate, oferecendo atualização técnica aos profissionais, fortalecendo o networking e a troca de boas práticas entre os municípios. Uma sugestão importante foi que o Programa desenvolvesse estratégias específicas para envolver de forma mais direta os secretários municipais, reconhecendo seu papel central nas decisões e na priorização dessa agenda nos territórios.

Cursos

O Programa lançou três cursos, direcionados a públicos-chave do sistema de SAN nos municípios, com o objetivo de fortalecer capacidades locais, promover alinhamento conceitual e disseminar boas práticas relacionadas à promoção da alimentação adequada e saudável para crianças de 0 a 10 anos, foram eles:

1. Curso para Cozinheiros Escolares e Merendeiros

Figura 4. Cartaz de divulgação do curso para cozinheiros escolares e merendeiros



Dados do curso:

(dados atualizados até 27 de novembro de 2025)

914
Inscritos

62
Prefeituras aderentes da região do Projeto Piloto

35
Prefeituras de outras regiões do Estado de São Paulo

Lançado em março de 2025, o curso EaD conta com 21 horas de formação voltadas aos profissionais responsáveis pelo preparo das refeições na rede pública de educação. Seu objetivo é capacitar as cozinheiras para a implementação de práticas alimentares saudáveis e sustentáveis nas escolas, oferecendo conhecimentos teóricos que subsidiem a elaboração de cardápios alinhados às diretrizes de alimentação saudável e sustentável previstas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (figura 4).

2. Curso de Operadores da Política Pública de SAN

Figura5. Divulgação do curso para os operadores da PP de SAN



Com oferta na modalidade EaD e lançado recentemente, em setembro de 2025, este curso de 10 horas de formação é destinado a profissionais diretamente vinculados à implementação da Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional. O público-alvo inclui conselheiros municipais de SAN, conselheiros dos direitos da criança e do adolescente, integrantes da CAISAN municipal, gestores públicos e outros operadores do sistema, com destaque para o papel estratégico do CONSEA e da CAISAN na estruturação, coordenação e controle social da Política de SAN nos territórios. A iniciativa busca fortalecer essas instâncias de governança e aprimorar o entendimento técnico e normativo necessário à execução qualificada das ações nos municípios.

Dados do curso:

(dados atualizados até 27 de novembro de 2025)

66

Inscritos

28

**Prefeituras
aderentes**

**da região do
Projeto Piloto**

04

Prefeituras

**de outras regiões do
Estado de São Paulo**



Programa De Educação Continuada Para Nutricionistas (PNAE)

Figura 6. Divulgação do Curso de Educação Continuada para Nutricionistas do PNAE

PROGRAMA ALIMENTAR O FUTURO
Segurança Alimentar e Nutricional na Infância

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA NUTRICIONISTAS DO PNAE

FORMAÇÃO ONLINE, GRATUITA E EXCLUSIVA

INÍCIO 29 DE AGOSTO | 09H ÀS 12H - VIA ZOOM

INSCREVA-SE

CRN3 FIESP CONSELHO SUPERIOR DE RESPONSABILIDADE SOCIAL CIESP Sesi IRS

Lançado em agosto de 2025, com o apoio técnico do CRN-3 e do Sesi-SP, o Programa de Educação Continuada tem como objetivo capacitar e atualizar nutricionistas responsáveis pela gestão do PNAE das creches e escolas públicas, oferecendo formação contínua sobre temas essenciais à implementação eficiente das políticas públicas de alimentação escolar (figura 6).

Dados do curso: (dados atualizados até 30 de outubro de 2025)




3. Publicações

Como parte de sua estratégia de disseminação de conhecimento e fortalecimento das capacidades locais, o **Programa Alimentar o Futuro** desenvolveu um conjunto de materiais técnicos voltados a gestores públicos, profissionais da alimentação escolar e empresas comprometidas com a agenda de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (figura 7). Esses materiais têm como objetivo apoiar a implementação de práticas qualificadas, ampliar o acesso a informações relevantes, além de incentivar o engajamento de diferentes atores na promoção da alimentação adequada para crianças de 0 a 10 anos.

1. E-books sobre Alimentação Escolar Sustentável

Figura 7. E-books sobre alimentação escolar Sustentável

 Clique para
baixar os E-Books



Esta série de e-books lançada pelo Programa, em parceria técnica com o SESI-SP, tem por objetivo orientar a preparação de refeições escolares nutritivas, saborosas, adequadas às necessidades nutricionais dos estudantes e alinhadas à cultura e à realidade local. Os conteúdos foram elaborados para auxiliar profissionais da cozinha escolar e gestores do PNAE na adoção de escolhas alimentares que valorizem ingredientes regionais, reduzam desperdícios e qualifiquem o cardápio escolar. Até 07 de dezembro de 2025, os e-books contabilizavam 1.644 downloads.

1.644 Downloads
Até 07 de dezembro de 2025

2. Guia Prático para a Implantação da Política Municipal de SAN

Figura 8. Guia Prático para a Implantação da Política Municipal de SAN



Lançado em fevereiro de 2025, durante reunião de adesão dos prefeitos recém-empossados dos municípios do Projeto Piloto, o Guia Prático para a Implantação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional tem como propósito oferecer orientação técnica aos gestores públicos. O documento reúne diretrizes, instrumentos, minutas de Projetos de Lei e recomendações para apoiar a criação e o fortalecimento de políticas locais de SAN. O guia foi distribuído presencialmente a todos os prefeitos das regiões piloto e, até 07 de dezembro de 2025, registrava também **99 downloads** em sua versão digital.

99 Downloads
Até 07 de dezembro de 2025



Clique para
baixar o E-Book

3. Guia de Responsabilidade Empresarial – Criança Bem Alimentada Tem Futuro

Figura 9. Livreto de Responsabilidade Empresarial



Com lançamento em maio de 2025, o Guia de Responsabilidade Empresarial reforça o papel do setor produtivo na promoção da segurança alimentar na infância e apresenta razões estratégicas para o engajamento empresarial nessa agenda. O material reúne ações práticas aplicáveis a empresas de diferentes portes, com orientações sobre iniciativas que podem ser desenvolvidas junto aos colaboradores e seus núcleos familiares, contribuindo para a melhoria da qualidade da alimentação consumida dentro e fora do ambiente de trabalho. Até 07 de dezembro de 2025, o guia contabilizava **86 downloads**.

86 Downloads
Até 07 de dezembro de 2025



Clique para
baixar o E-Book

4. Artigo na Seção Opinião da Folha de São Paulo de 16 de outubro de 2025 sobre o Programa, assinado por Raul Cutait, Marcos Kisil e Aracelia Costa

Figura 10. Artigo publicado na Folha de S. Paulo

Má alimentação ameaça o futuro das crianças e do Brasil

Além da desnutrição, muitas convivem com a obesidade, que poderá interferir na qualidade de vida futura e sobrecarregar o sistema de saúde

Raul Cutait, Marcos Kisil e Aracelia Costa

Presidente do Conselho de Responsabilidade Social da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo)

Vice-presidente do Conselho de Responsabilidade Social da Fiesp

Gestora do programa Alimentar o Futuro

O Dia Mundial da Alimentação, celebrado nesta quinta-feira (16), enseja reflexões. Segundo relatório do IBGE desta semana, 25% dos brasileiros vivem com algum grau de insegurança alimentar: incerteza quanto à próxima refeição (grave), limitação na quantidade (moderada) ou composição inadequada dos alimentos disponíveis (leve). Quanto a crianças de 0 a 10 anos, 7% convivem com insegurança alimentar grave.

No estado de São Paulo, responsável pelo maior PIB do país, 12 milhões de pessoas não conseguem realizar as refeições diárias de forma adequada; ou seja, 25% da população paulista enfrenta algum grau de insegurança alimentar. Estudo da Rede Pensar estima que em um terço dos lares paulistas com crianças menores de dez

anos ocorre insegurança moderada ou grave.

Ora, o desenvolvimento saudável de uma criança depende não só de educação e amor, mas também da boa alimentação, que desempenha um papel central em sua formação física, cognitiva e emocional desde os primeiros anos de vida. Assim, carências impactam diretamente na formação do futuro cidadão. Porém, além da desnutrição, crianças vivenciam outro grave problema, a obesidade, relacionada com a ingestão excessiva de alimentos inadequados do ponto de vista nutricional. No Brasil, 3 milhões de crianças com menos de 10 anos são obesas, e 6,4 milhões apresentam excesso de peso, sendo que esse problema afeta 1,2 milhão de crianças paulistas. A obesidade torna essas crianças sérias candidatas a desenvolver do-

enças crônicas quando adultas, dentre elas hipertensão arterial, diabetes, dislipidemias e câncer, o que irá interferir em sua qualidade de vida futura, sobrecarregar o sistema de saúde e gerar altos custos de tratamentos.

Adicionalmente, a má alimentação compromete uma futura mobilidade social, pois jovens que tiveram crescimento físico, cognitivo e emocional limitados convivem com limitações pessoais para se qualificar e disputar melhores oportunidades no mercado de trabalho. Por outro lado, o setor produtivo encontra dificuldades na busca de profissionais qualificados, o que impacta em produtividade e competitividade econômica. Portanto, insegurança alimentar e nutricional é não só uma questão social, mas também econômica e de desenvolvi-

O desenvolvimento saudável de uma criança depende não só de educação e amor, mas também da boa alimentação, que desempenha papel central em sua formação física, cognitiva e emocional

mento humano.

Alimentar bem as crianças é uma missão para todos. Por esse motivo, a Fiesp, através de seu Conselho Superior de Responsabilidade Social, lançou há dois anos o Programa Alimentar o Futuro, em parceria com instituições nacionais e internacionais, visando aumentar a interação efetiva entre governos municipais e empresariado na busca de caminhos que permitam corrigir distorções como a por nós verificada em duas regiões do estado, onde 92% das refeições escolares não atendem plenamente os critérios nutricionais estabelecidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. Assim, políticas de melhoria da alimentação infantil têm sido conjuntamente desenhadas pelos setores público e privado e complementadas com ações de capacitação de nutricionistas e cozinheiros das cidades envolvidas.

Como proposta, pretendemos estender essa experiência para outras regiões do estado e incluir creches públicas, bem como auxiliar na expansão da agricultura familiar, que por lei será responsável por 45% dos cardápios escolares. Acreditamos que, dessa forma, a Fiesp faz mais uma importante contribuição social, ao participar da construção de um futuro mais justo para nossas crianças e, consequentemente, para o desenvolvimento do país.

5. Artigo científico:

Submissão do manuscrito **“Desenvolvimento de um Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional na Infância: Experiência de uma Iniciativa Interinstitucional no Estado de São Paulo”** para a revista científica *“Jornal de Pediatria”*. Autores: Adriana Alvarenga, Aline Yukimitsu, Aracelia Costa, Dirce Marchioni, Karina Viani, Luciana Phebo, Marcos Sakurada, Mauro Fisberg, Priscila Maximino, Raul Cutait, Vanessa Tamara, Vanuzia Teixeira. Status: sob peer review.



4. Assessoria Técnica aos municípios

- **Institucionalizar a política de SAN** por meio da criação ou reativação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); instalação ou fortalecimento da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN); adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN); e revisão dos marcos legais municipais;
- **Preparar os municípios para acessar e executar recursos**, tanto por meio do uso de instrumentos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e outras fontes de financiamento, quanto pela orientação na formulação de planos municipais de SAN, projetos e ações concretas articuladas à realidade local;
- **Fortalecer a governança intersetorial da agenda** ao aproximar gestores de diferentes secretarias (assistência social, educação, saúde, agricultura, planejamento etc.), além de mobilizar a sociedade civil e o setor empresarial para compor o CONSEA (Conselho Municipal de SAN) e participar dos espaços de decisão local da política pública.

A assessoria individualizada permitiu mapear fragilidades e construir soluções sob medida para cada território, o que já resultou em avanços concretos: nove municípios (15% do Projeto Piloto) avançaram de forma expressiva na implementação da PNSAN, conforme destacado abaixo. Esse apoio mostrou-se particularmente decisivo nos municípios de pequeno porte, com menor capacidade técnica e institucional, que dependem desse tipo de suporte para estruturar conselhos, acessar recursos e organizar ações permanentes de segurança alimentar.

Principais resultados alcançados:

- Avanço dos municípios na implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) (tabela 3):

Municípios	Avanço (todos em 2025)
1.Registro	adesão do município ao SISAN
2.Angatuba	adesão do município ao SISAN
3.Itápolis	adesão do município ao SISAN
4.Presidente Prudente	adesão do município ao SISAN
5.Dobrada	criação da CAISAN
6.Barra do Chapéu	criação do CONSEA
7.Cananéia	adesão do município ao SISAN
8.Jacupiranga –	adesão do município ao SISAN
9.Itanhaém	adesão do município ao SISAN

- Convênios assinados entre os municípios e o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), o que resultou em destinação de **R\$ 975 mil** para as cidades de Itanhaém, Araraquara e Presidente Prudente (**R\$ 325 mil cada**), advindas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

R\$ 975 mil Captados por
3 municípios

R\$ 325 mil Cada, advindas
do PPA

Ao mesmo tempo, a atuação do Programa revelou gargalos estruturais que justificam e reforçam a necessidade dessa assessoria: **41,4% dos municípios atendidos desconheciam a política de SAN** e, entre 63 cidades acompanhadas, 29 não tinham sequer a lei de criação do Conselho Municipal de SAN, o que impede a existência de espaços formais de deliberação e controle social. Somam-se a isso a baixa articulação da sociedade civil, a participação irregular de servidores nos conselhos e a frágil integração entre secretarias municipais. Esses achados indicam que a assessoria técnica prestada pelo Programa aos municípios é uma condição central para que a política de SAN seja efetivamente implantada e sustentada nos territórios.

▶▶▶ Situação atual de SAN

Novembro 2025

43 Região Central
municípios

R\$ 650 mil

Captados por **2 cidades** para
distribuição de alimentos

16

COMSEA ativos
(Conselho Municipal de
Segurança Alimentar)

6

CAISAN ativos
(Câmara Intermunicipal de
Segurança Alimentar e Nutricional)

5

Adesão ao SISAN
(Sistema Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional)

▶▶▶ Situação atual de SAN

Novembro 2025

27 Vale do Ribeira
municípios

R\$ 325 mil

Captados por **1 cidade** para
distribuição de alimentos

10

COMSEA ativos
(Conselho Municipal de
Segurança Alimentar)

5

CAISAN ativos
(Câmara Intermunicipal de
Segurança Alimentar e Nutricional)

5

Adesão ao SISAN
(Sistema Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional)

Fonte: Levantamento da equipe do Programa Alimentar o Futuro, 2025; MDS/PAA, 2025;

5. Núcleo De Apoio Às Empresas

Engajamento Empresarial

A criação do Núcleo de Apoio às Empresas tem um propósito estratégico: mobilizar o setor produtivo em torno da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na infância e atuar como ferramenta de relacionamento dos Ciesps com sua rede de associadas. Por meio da assinatura do Termo de Adesão por empresas dos Ciesps Regionais de Araraquara, São Carlos, Matão e Vale do Ribeira, o Programa configurou-se como um canal estruturado de participação na agenda de responsabilidade social e ESG, agregando valor ao portfólio de serviços dos Ciesps. Ao aderirem, as empresas assumem o compromisso de disseminar a causa da SAN junto aos seus colaboradores e, indiretamente, às suas famílias, bem como de apoiar iniciativas locais de promoção da SAN nos territórios onde atuam, seja por meio do incentivo a projetos existentes, seja pela participação ativa nos Conselhos Municipais de SAN.

A seguir, apresenta-se a relação das empresas parceiras que formalizaram sua adesão ao Programa Alimentar o Futuro até o momento (tabela 4):

Tabela 4. Empresas com adesão formalizada

Região de Araraquara

1. **Alumínio Ramos** Ind Com Ltda (Araraquara)
2. **Lupo** S/A (Araraquara)
3. **Itaipu** Transformadores Ltda (Itápolis)
4. **Baldan** Implementos Agrícola (Matão)
5. **Cadioli** Implementos e Ferramentas Agrícolas (Matão)
6. **Enjoy** Alimentação (Araraquara)

Região do Vale do Ribeira

1. **Inova Concreto** Indústria e Comercio de Artefatos de Cimento Ltda (Jacupiranga)
2. **Tenri** Indústria e Com de Produtos Alimentícios Ltda (Jacupiranga)
3. **Mosaic** Fertilizantes (Cajati)

A experiência inicial evidenciou a dificuldade de engajar as empresas na agenda de segurança alimentar e nutricional na infância, o que levou o Programa a rever sua estratégia, passando de uma convocação ampla para uma abordagem mais dirigida, empresa a empresa, considerando a conexão com a causa e a aderência à cultura organizacional.

Com o propósito de ampliar o interesse, o compromisso e a adesão das empresas, o Programa Alimentar o Futuro contratou o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) para realizar um diagnóstico e segmentar diferentes perfis de participação empresarial nessa agenda. Esse estudo, a ser concluído em dezembro de 2025, orientará a construção de uma jornada de engajamento das empresas no Programa – desde a abordagem inicial até o apoio local à execução de ações voltadas à promoção da segurança alimentar nos municípios.

Campanhas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN)

Figura 11. Exemplos de Campanhas de EAN



A produção de campanhas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) voltadas aos colaboradores das empresas aderentes configura-se como uma estratégia de promoção da saúde, prevenção de doenças e fortalecimento da segurança alimentar no ambiente de trabalho e consequentemente no âmbito familiar. Elaboradas com linguagem acessível e respaldo técnico, as campanhas estimulam escolhas alimentares saudáveis, ampliam o conhecimento sobre práticas adequadas de cuidado nutricional e apoiam as iniciativas ESG e de saúde corporativa das indústrias.

As campanhas temáticas foram planejadas como uma série contínua de conteúdos capazes de dialogar com trabalhadores de diferentes perfis (tabela 5).

180 Downloads
Até 07 de dezembro de 2025

Tabela 5. Campanhas temáticas planejadas pelo Programa

1. Cinco Razões para sua empresa aderir à causa (produzida e disseminada)
2. Alimentação adequada e saudável na infância (produzida e disseminada)
3. Introdução alimentar (produzida e disseminada)
4. Alimentação entre 1 e 2 anos - produzida e veiculada (produzida e disseminada)
5. Como montar um prato saudável (em produção)
6. Aleitamento Humano (em produção)
7. Aproveitamento integral dos alimentos (em produção)
8. Explore sua cozinha (produção em 2026)
9. Comer com atenção plena (produção em 2026)
10. Importância da Hidratação (produção em 2026)

6. Observatório Fiesp de Segurança Alimentar e Nutricional na Infância

O Observatório Fiesp de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na Infância é uma plataforma com dados atualizados, organizados e integrados a partir de fontes públicas. Desenvolvido pelo Programa, com apoio técnico do Instituto PENSI, FESAÚDE-Federação dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios do Estado de SP e UNICEF Brasil, reúne informações sobre a situação de SAN de crianças de 0 a 10 anos residentes no Estado de São Paulo em painéis temáticos, com destaque do painel “**Conheça seu Município**”, que consolida os principais indicadores de SAN do município ou região administrativa selecionada (figura 12).

Figura 12. Divulgação de Lançamento do Observatório



Painéis de pesquisa:

Perfil Demográfico

Perfil Socioeconômico

Políticas de SAN

Perfil Nutricional

Perfil de Saúde

Perfil Educacional

Acesso: <https://alimentarfuturo.fiesp.com.br/observatorio-painel.html>

O Observatório tem como propósito orientar e apoiar a gestão de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), fortalecer o controle social e disponibilizar uma base estruturada de informações a pesquisadores e profissionais da área.

A proposta é que seja um instrumento de monitoramento sistemático da situação de SAN das crianças nos 645 municípios paulistas, contribuindo para a efetivação do direito à alimentação adequada e saudável, para a qualificação da tomada de decisão dos gestores municipais e para a ampliação do acesso da sociedade, incluindo pesquisadores e profissionais ligados à causa, informações técnicas e consistentes sobre SAN infantil.

Lançado em 29 de maio de 2025, o Observatório conta, até 13 de novembro com **5.029 visualizações da plataforma** e **4.603 usuários ativos**.

5.029 visualizações da plataforma **4.603** usuários ativos.

A criação do Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional da Fiesp representa um avanço concreto na qualificação da análise de dados sobre infância e alimentação no Brasil. Ao integrar, em um único ambiente, informações provenientes de múltiplas bases públicas antes fragmentadas, o Observatório reduz assimetrias de informação e amplia a capacidade de leitura do cenário por parte de gestores e tomadores de decisão.

Com indicadores sistematizados e atualizados, o Observatório permite mapear vulnerabilidades em territórios específicos, como situações de insegurança alimentar, condições socioeconômicas e acesso a políticas públicas. Também viabiliza a identificação de correlações entre segurança alimentar, desenvolvimento infantil e oferta de serviços públicos, fornecendo evidências sólidas para orientar prioridades e intervenções. O Observatório contribui para evitar decisões intuitivas ou descoladas da realidade local, paralelamente, qualifica o monitoramento e o controle social, ao oferecer insumos objetivos para conselhos, organizações da sociedade civil e órgãos de controle que atuam na defesa do direito humano à alimentação adequada na infância.

Dessa forma, o Observatório não apenas organiza dados, mas é uma ferramenta de indução, planejamento, avaliação e controle social de políticas e programas, contribuindo diretamente para que o direito à alimentação adequada e nutritiva na infância deixe de ser apenas um princípio normativo e se traduza em resultados mensuráveis na vida das crianças.

Principais destaques:



Divulgação ativa do Observatório nas redes do Programa e parceiros;



Veiculação na imprensa, com destaque para as matérias publicadas no portal Terra, sobre o lançamento da ferramenta (junho de 2025), e sobre desnutrição e aprendizado, citando o observatório como fonte (julho de 2025);



Inscrição do projeto de desenvolvimento do Observatório no Prêmio Josué de Castro 2025, resultando em 4º lugar na premiação na categoria “Pesquisa Científica”;



Submissão de artigo científico sobre o desenvolvimento da ferramenta para Jornal de Pediatria. Status: sob peer review.



7. Selo Fiesp Alimentar o Futuro (1ª. Edição)

Figura 13. Selo Alimentar o Futuro para Empresas Parceiras e Municípios Parceiros



O Selo Fiesp Alimentar o Futuro foi instituído com a finalidade de reconhecer e valorizar esforços de empresas e municípios paulistas que se destacam na implementação de projetos, políticas e iniciativas estruturantes voltadas à segurança alimentar e nutricional na infância. A premiação contempla práticas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à agenda ESG, estimulando a adoção de soluções inovadoras e colaborativas nas regiões.

A primeira edição do Selo contou com duas categorias, empresas e municípios, que reconheceram boas práticas implementadas no território piloto do Programa, envolvendo 70 municípios das regiões de Araraquara e do Vale do Ribeira. Para garantir transparência e rigor técnico, foi elaborado o Regimento Interno do Selo, disponível ao público.

Em 11 de novembro de 2025, foi realizada no Teatro SESI-SP a cerimônia de premiação do Programa Alimentar o Futuro. Em parceria com o Programa Alfabetização Responsável (PAR), o evento reuniu mais de 500 participantes, entre autoridades públicas, prefeitos, parceiros institucionais e de comunicação, conselheiros, representantes municipais e empresas aderentes, consolidando o Selo como um marco na articulação entre poder público, setor produtivo e sociedade civil em prol da SAN na infância.

Nesta 1ª. Edição foram premiados:

Tabela 6. Municípios e Empresas premiados

Categoria Empresas		Categoria Municípios	
1. Alumínio Ramos - Categoria Prata (Município de Araraquara)		1. Araraquara	Categoria Ouro
		2. Peruíbe	Categoria Ouro
		3. Registro	Categoria Ouro
		4. Angatuba	Categoria Prata
2. Mosaic Fertilizantes - Categoria Prata (Município de Cajati)		5. Cananéia	Categoria Prata
		6. Itápolis	Categoria Prata
		7. Jacupiranga	Categoria Prata

Figura 14. Ganhadores da 1ª edição do Selo Fiesp Alimentar o Futuro, 2025.



8. Comunicação e Impacto

O fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional na Infância depende não apenas da implementação de ações diretas junto ao poder público, comunidade escolar e setor privado, mas também da capacidade de sensibilizar, engajar e mobilizar a sociedade. A comunicação tem um papel estratégico nesse processo ao ampliar o alcance das mensagens, favorecer o advocacy da SAN na Infância e consolidar o posicionamento do Programa, contribuindo para que a pauta da alimentação adequada e saudável na infância se torne cada vez mais presente nas agendas públicas e privadas. A seguir, destacamos as principais iniciativas de comunicação realizadas, seu alcance e relevância.

Crescimento das visitas ao hotsite

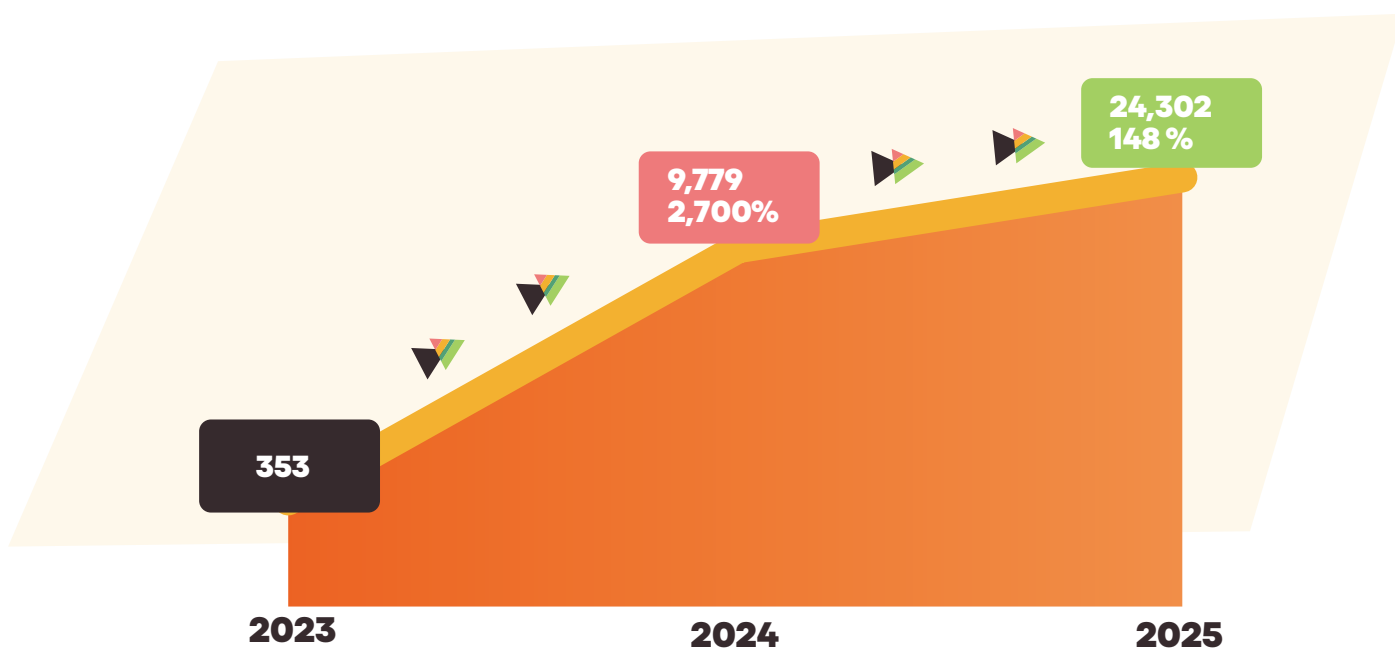
O hotsite do Programa funciona como a principal plataforma de informações, materiais técnicos e conteúdos educacionais. O aumento contínuo de visitas demonstra que mais pessoas, gestores públicos, educadores, empresas e cidadãos estão buscando se informar e acessar os conteúdos produzidos. Esse crescimento amplia a difusão da causa, a disseminação de boas práticas e reforça a credibilidade do Programa como referência em SAN na Infância.

Hotsite
+ de 24.302
usuários ativos em 2025

Observatório
4.603
usuários ativos em 2025

52.069
Visualizações
do conteúdo

Usuários ativos no site por ano









Fonte: Google Analytics

Expansão da base de e-mails do boletim mensal (newsletter)

A newsletter é um canal direto e recorrente de comunicação com públicos estratégicos. O aumento da base de assinantes significou mais pessoas acompanhando nossas iniciativas, recebendo atualizações sobre cursos, eventos, materiais e oportunidades de participação disponibilizadas pelo Programa. Esse crescimento fortaleceu o engajamento contínuo, fomentou comunidades e facilitou a mobilização em ações de advocacy.

**Alcance mensal
da newsletter** **43.371**
pessoas

Públicos

	Parceiros dos territórios piloto;
	Parceiros da causa;
	Participantes dos cursos e eventos digitais e presenciais do programa;
	Todas as empresas associadas ao Ciesp
	Toda a gestão, direção e conselheiros da Fiesp
	Gestão e empresas ligadas ao SESI-SP

Criação de vídeos curtos para redes sociais e WhatsApp

Os vídeos curtos são essenciais para ampliar o alcance dos conteúdos em plataformas de grande capilaridade e alto índice de compartilhamento. A disseminação via WhatsApp, meio de comunicação dominante no Brasil, facilitou que as mensagens de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) chegassem a públicos diversos.

O Programa lançou em outubro a série **“Pílulas de Conhecimento”**, uma iniciativa de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) criada para ampliar o acesso a informações práticas e confiáveis sobre alimentação saudável e adequada para crianças. As pílulas iniciaram-se com especialistas e personalidades reconhecidas, dentre eles Dr. Drauzio Varella, Dr. Artur Delgado, maestro João Carlos Martins, chef Morena Leite, cozinheiro escolar Marcos Avalon (Figura 20).

Alguns destaques:

+20
vídeos **gravados com especialistas**
e personalidades

809.871 alcançadas nas
Pessoas redes sociais e YouTube

Figura 15. Alguns depoimentos de apoiadores do Programa Alimentar o Futuro



Criação de campanhas de conscientização (awareness)

Figura 16. Campanha Dia Mundial da Alimentação – outubro/25



As campanhas de awareness (figura 16) têm como objetivo central reforçar as mensagens-chave do Programa, sensibilizar a sociedade sobre a importância da causa, ampliar a visibilidade pública da pauta e do Programa e contribuir para transformar a percepção social sobre o tema, fortalecendo o debate público e estimulando comportamentos positivos.

Com este objetivo, foi criada a campanha publicitária “**Toda criança tem o direito de comer, e bem**”, direcionada às regiões do projeto-piloto por meio das seguintes ações de divulgação:

Ações de divulgação

Figura 17. Outdoor bonificado em Araraquara



OOH: nas regiões de Araraquara e Ribeirão Preto com painéis digitais.



Rádios regionais: spots de 30" nas regiões do Projeto (em parceria com o Instituto Bandeirantes de TV, parceiro do Programa)



Digital: Campanha geolocalizada nas redes sociais e banners bonificados no portal Terra;



Participantes dos cursos e eventos digitais e presenciais do programa;

Assessoria de imprensa regional

A atuação da assessoria de imprensa garantiu a presença qualificada da causa na mídia, fortalecendo também a credibilidade institucional do Programa, além de consolidar seu papel como referência na pauta em questão e ampliar a pressão positiva por políticas públicas estruturadas de SAN nos municípios.

Alguns números:



Destaques: Figura 18. Citações do Programa Alimentar o Futuro na TV



TV Bandeirantes



TV Gazeta





**Propostas
para 2026**

Propostas para 2026

Além das iniciativas já implementadas pelo Programa, organizadas nos respectivos eixos de atuação, apresentam-se a seguir propostas adicionais.

1. Expansão Territorial

A proposta de expansão do **Programa Alimentar o Futuro** está estruturada a partir da lógica de organização dos Ciesps Regionais e prevê, além do fortalecimento das políticas públicas municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o engajamento ativo das empresas associadas ao Ciesp na promoção da causa em âmbito local, assim como de empresas associadas à FACESP.

Com base em critérios como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios, número de empresas associadas às regionais do Ciesp, percentual de execução municipal do PNAE e média regional de municípios sem implantação do CONSEA, foram definidos pesos específicos para a elaboração do ranking estatístico das regionais dos Ciesps que orientaram a proposta de expansão do Programa, sendo que o maior peso foi atribuído ao critério referente à média regional de municípios com menor IDH, de modo a priorizar territórios com maior vulnerabilidade social (figura 20 e tabela 7).

Figura 20. Mapa da expansão do Programa no Estado de SP

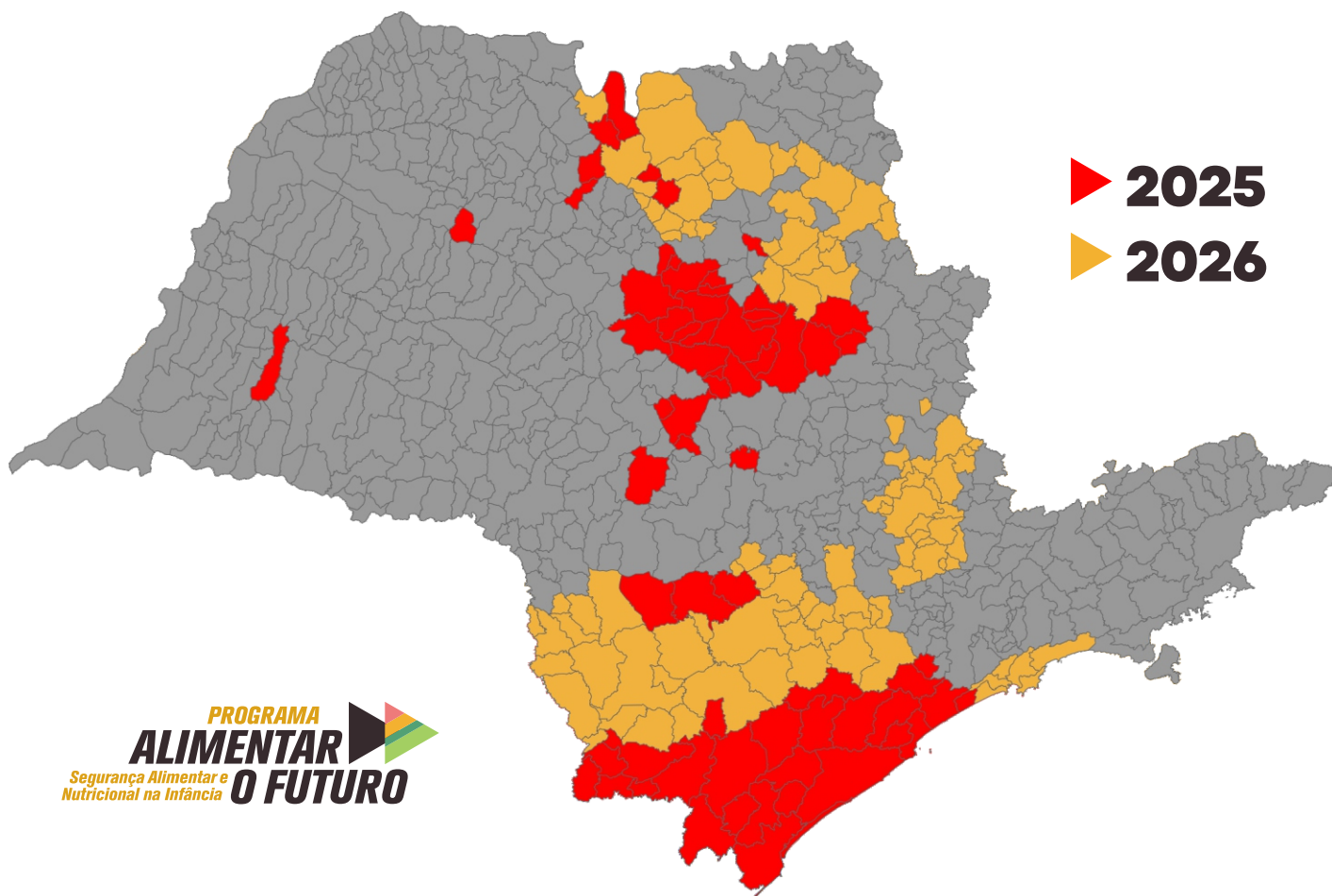


Tabela 7. Alcance e impacto do Programa com a expansão

10 CIESPs	CIESPs REGIONAIS: Vale do Ribeira, Araraquara, Matão, São Carlos, Santos, Ribeirão Preto, Sorocaba, Cubatão, Campinas e Jundiaí.
173	PREFEITURAS: (27% do Estado de SP)
1,266 milhão	CRIANÇAS: de 0 a 10 anos (12% da população)
952 mil	75% CRIANÇAS EM ESCOLAS PÚBLICAS: <ul style="list-style-type: none"> • 19% Creches • 22% Pré-escolas • 59% Fundamental I – (anos iniciais)
2.145	EMPRESAS: associadas e parceiras

2. Ampliação do alcance do programa de educação continuada para nutricionistas

A expansão do Programa de Educação Continuada para nutricionistas do Estado de São Paulo tem como foco central qualificar esses profissionais para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), visando a melhoria contínua da qualidade da oferta da alimentação escolar oferecida aos alunos da rede pública de educação.

Dessa forma, a ampliação da formação para os profissionais de outros municípios irá contribuir significativamente para que as equipes responsáveis pela alimentação escolar qualifiquem seus processos de trabalho por meio da incorporação de conteúdos e de boas práticas.

3. Expansão da oferta dos cursos desenvolvidos pelo programa

A expansão da oferta de cursos já desenvolvidos pelo Programa consiste em disponibilizar, a profissionais de outros municípios, os cursos estruturados em formato digital para Cozinheiros Escolares e para Operadores da Política Pública de SAN. Esses cursos serão ofertados em trilhas online, com videoaulas, materiais de apoio e módulos autoinstrucionais, permitindo que equipes de diferentes regiões se capacitem em temas como boas práticas de manipulação de alimentos, elaboração de cardápios saudáveis, organização da rotina da cozinha escolar, além de conteúdos específicos sobre a política de Segurança Alimentar e Nutricional, tais como governança e funcionamento do SISAN, atuação em conselhos e fóruns de SAN, planejamento intersetorial e monitoramento da Insegurança Alimentar e Nutricional nos territórios.

4. Fortalecimento da agricultura familiar

Essa iniciativa prevê o desenvolvimento de uma ferramenta/plataforma digital, em parceria com o SENAI-SP, destinada a organizar e disponibilizar, de forma sistematizada, informações sobre a oferta de produtos da agricultura familiar aos gestores públicos municipais. Simultaneamente, a plataforma atuará como instrumento de orientação para os(as) agricultores(as) familiares, indicando quais produtos e volumes são mais demandados nos editais publicados pelas prefeituras, contribuindo para alinhar a produção às necessidades da alimentação escolar e de outros programas públicos, como o PAA-Programa de Aquisição de Alimentos, reduzir desperdícios e potencializar as oportunidades de comercialização nos territórios. monitoramento da Insegurança Alimentar e Nutricional nos territórios.

5. Consolidação do eixo de vigilância em saúde alimentar e nutricional

O eixo de Vigilância em Saúde Alimentar e Nutricional tem por objetivo estruturar, de forma integrada, ações de formação das equipes, produção de materiais técnico-pedagógicos e desenvolvimento de pesquisa aplicada nos territórios. Nesse contexto, o município de Registro é tomado como caso-referência para a realização de uma intervenção piloto, que articula qualificação das equipes de saúde, uso qualificado dos sistemas de informação e acompanhamento de grupos vulneráveis, permitindo testar, ajustar e sistematizar uma metodologia de vigilância em saúde alimentar e nutricional passível de replicação em outros municípios. monitoramento da Insegurança Alimentar e Nutricional nos territórios.

6. Jornada de engajamento das empresas

A partir do diagnóstico realizado pelo IDIS, a jornada de engajamento das empresas na causa da Segurança Alimentar e Nutricional será estruturada de forma estratégica, segmentando perfis empresariais e níveis de maturidade organizacional para definir formas de participação compatíveis com a realidade de cada empresa que aderir ao Programa. Essa jornada compreenderá etapas progressivas, que incluem sensibilização inicial, disseminação de campanhas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) junto aos colaboradores, oferta de suporte técnico e orientações às empresas, e, em um nível mais avançado, a adesão a ações estruturadas de apoio a iniciativas locais de promoção da SAN nos territórios onde as empresas atuam.



**Considerações
finais**



Considerações finais

As ações realizadas ao longo do período pelo **Programa Alimentar o Futuro** reforçam o papel da Fiesp como ator estratégico na condução da agenda de Segurança Alimentar e Nutricional na infância junto aos governos locais e ao empresariado. A legitimidade política e institucional da Entidade, somada à capilaridade do Ciesp e à expertise do SESI-SP, tem sido decisiva para abrir diálogo direto com prefeitos, secretários municipais e consórcios intermunicipais, qualificando o debate e elevando o tema da SAN na infância ao patamar de prioridade da gestão municipal. O Projeto Piloto evidenciou que a pauta da promoção da segurança alimentar e nutricional na infância pode deixar de ser tratada como questão setorial e passar a integrar, de forma consistente, a agenda estratégica de desenvolvimento local.

Nesse contexto, o Programa se consolida como instância qualificada de articulação intersetorial, atuando como catalisador entre educação, saúde, assistência social e agricultura familiar. As atividades de formação para nutricionistas, cozinheiros escolares, operadores da política de SAN, equipes de Saúde da Família e gestores públicos, associadas à produção de materiais técnicos e à oferta de assessorias gratuitas, têm permitido que os municípios transformem normas e diretrizes em arranjos institucionais concretos, como: melhoria da gestão do PNAE, fortalecimento do SISAN, criação e ativação de conselhos, aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento, monitoramento e vigilância. Em vez de ações pontuais, o Programa tem induzido processos estruturantes da política de SAN nos territórios, com potencial de permanência para além dos ciclos de governo.

Por fim, o Projeto Piloto executado pelo Programa Alimentar o Futuro demonstrou o elevado potencial de engajamento das empresas industriais em uma causa decisiva para o futuro do país: garantir que crianças tenham acesso regular a alimentação adequada, em consonância com o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento das economias locais.

A jornada de engajamento das empresas associadas aos Ciesps Regionais, parceiros do Programa, abre espaço para que o setor produtivo atue de forma ativa em campanhas de educação alimentar, no apoio ao desenvolvimento local, na melhoria da alimentação de colaboradores e de seus núcleos familiares, além do fortalecimento da governança da SAN nos municípios. Criança bem alimentada tem um futuro mais seguro, maior capacidade de aprendizagem e de inserção produtiva e, certamente, contribuirá, por meio do seu trabalho e da sua participação cidadã, para o desenvolvimento econômico e social.

Ao liderar essa agenda, a Fiesp projeta-se não apenas como entidade de representação e defesa dos interesses industriais, mas como instituição comprometida com o desenvolvimento humano e social do país, associando competitividade econômica à formação de capital humano saudável, preparado para sustentar um projeto de desenvolvimento de longo prazo.



Parcerias

Parcerias

O Programa dedica-se à articulação e ao fortalecimento de ações colaborativas com atores estratégicos, comprometidos com a garantia do direito humano à alimentação adequada, frequente e saudável na infância. Sua primeira parceria foi estabelecida no âmbito interno da própria Fiesp, envolvendo o Ciesp e o SESI-SP, consolidando no Sistema Fiesp a agenda do desenvolvimento pleno das crianças, formando bons cidadãos e futuros trabalhadores para a indústria e contribuindo para o desenvolvimento de um país forte e sustentável, por meio do acesso a uma alimentação adequada e nutritiva nos primeiros anos de vida.

Parcerias internas

Assinado Acordos de Cooperação Técnica entre Fiesp, Ciesp e SESI-SP para a operacionalização das atividades e iniciativas previstas pelo Programa:



ARARAQUARA



MATÃO



SÃO CARLOS



VALE DO RIBEIRA



SESI-SP

Parcerias externas

No âmbito do Programa Alimentar o Futuro, foram firmados Termos de Parceria entre a Fiesp e os seguintes órgãos e instituições, que passaram a compor a rede estratégica de cooperação do Programa:



CONSOCIAL

Conselho Superior de Responsabilidade Social

Raul Cutait – Presidente

Marcos Kisil – Vice-presidente

Nelson Dias – Vice-presidente

Conselheiros

Antonio Jacinto Matias

Artur Figueiredo Delgado

Avraham Gelberg

Carlos Antonio Tilkian

Carminha Brant de Carvalho

Claudio Viggiani

Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida

Ecidir Dias Taverneiro

Evandro Leorato Machado

Fauzi Nacle Hamuche

Geyze Marchesi Diniz

Guilherme Afif Domingos Filho

Guilherme Ary Plonski

João Paulo Camarinha Figueira

José Ailton de Castro

Kethlin de Melo Cordeiro Salgado

Konrad Cunha Dantas

Luciana de Toledo Temer Lulia

Luciana Phebo

Luiz Lara

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues

Marcus Vinicius Moreira de Moraes

Maria Aparecida Pinto

Marianne Pinotti

Marielza Pinto de Carvalho Milani

Maristela Alves Lima Honda

Mauricio Araújo de Sousa

Mauro Fisberg

Sergio De Nadai

Tales de Sá Cavalcante

Programa Alimentar o Futuro

Equipe

Aracelia Costa – Gestora

Bárbara Mangieri – Jornalista

Camila Varella – Supervisora Técnica em nutrição*

Cláudia Saka – Especialista de Responsabilidade Social (Ciesp)

Débora Gonçalves – Especialista de Responsabilidade Social*

Elisa Calvo – Especialista de Comunicação e Marketing

Joice N. R. Pozenato – Especialista em Nutrição e Educação Alimentar*

Karina Viani – Especialista em Nutrição Infantil

Marcos Sakurada – Analista de Dados*

Maria Fernanda Silva – Articuladora Social

Matheus Caracho – Articulador Social*

Paulo Albano Filho – Especialista em Mobilização Empresarial

Vanuzia Teixeira – Especialista em Políticas Públicas de SAN

* Equipe do Sesi-SP



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

TRIÊNIO 2023 | 2024 | 2025



CONSELHO SUPERIOR
DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

